TERMO DE FOMENTO Nº 050/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPELINHA/MG, POR INTERMÉDIO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS CÃES DE CAPELINHA- APCC.

O **MUNICÍPIO DE CAPELINHA/MG**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº 73.902.447/0001-20, com sede administrativa localizada na Avenida Tico Neves, nº 1455, Bairro Vista Alegre, Capelinha/MG, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde, o Senhor Charles Rosa Machado, brasileiro, solteiro, portadora do CPF nº 112.098.746-60 e RG MG 17706806, podendo ser encontrado na rua Turqueza, 67, Bairro Vista Alegre, Capelinha/MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS CÃES DE CAPELINHA- APCC**, associação privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n° 21.738.136/0001-73, com sede na Rua Santo Agostinho, n°58 B, Planalto, Capelinha/MG, neste ato representada por sua presidente Tharciana Barbosa Meira Tolentino, inscrita no CPF sob o nº 075.327.806-51, residente e domiciliada na Rua Antônio Paulino Neto, n° 375, Bairro Cidade Nova, Capelinha/MG, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com fulcro nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, mediante Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do Art. 29 da Lei nº 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento tem como objeto a execução, pela Associação de Proteção aos Cães de Capelinha- APCC, de ação de castração cirúrgica e microchipagem de cães e gatos, mediante contratação e disponibilização de unidade móvel de atendimento veterinário- Castramóvel, destinada ao entendimento de animais sob responsabilidade de protetores e de munícipes interessados na esterilização de seus animais, bem como de animais em situação de abandono ou vulnerabilidade que possuam responsável identificado para o manejo e os cuidados necessários no período pós-operatório. O Projeto contempla, ainda, a aquisição de insumos destinados à manutenção e aos cuidados dos animais resgatados e abrigados pela APCC, visando contribuir para o atendimento de suas necessidades básicas e para a melhoria de suas condições de saúde, higiene e bem-estar. A ação

de castração e microchipagem será realizada de forma gratuita aos beneficiários, em única etapa concentrada, em local e data previamente definidos, observadas as condições técnicas e operacionais necessárias. A APCC será responsável pela organização e execução das atividades previstas no plano de trabalho, incluindo a mobilização do público, o cadastramento dos animais, a organização da demanda, o acompanhamento da execução dos procedimentos, a aquisição e utilização dos insumos destinados aos animais resgatados e abrigados, bem como o monitoramento dos resultados e o registro das atividades realizadas. conforme descrito no Plano de Trabalho que fará parte do presente Termo - ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo no mínimo, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R$ 35.774,75 (Trinta e cinco mil setecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, repassado em uma única parcela até março/2027, consoante ao item 09 – "Cronograma de desembolso" do Plano de Trabalho.

3.2 – Os recursos financeiros decorrentes da execução do presente Termo de Fomento correrão à conta da Dotação Orçamentária 08.01.04.10.304.0012.6035 Ficha 654, Dotação Orçamentária 08.01.04.10.304.0012.6046, Ficha 655, Dotação Orçamentária 08.01.04.10.304.0012.6067, Ficha 656, Dotação Orçamentária 08.01.04.10.304.0012.6104, Ficha 657, Dotação Orçamentária 08.01.04.10.304.0012.6129, Ficha 659.

3.3- No caso de ficar constatado através da prestação de contas, realizada após a execução, que houve sobras, a entidade deverá fazer a devolução desses valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento, qual seja, Conta Corrente 39.887-x, Agência 0396-4, Banco do Brasil.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - A parcela do recurso transferido no âmbito da parceria não será liberada e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação dos valores;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, Para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do presente instrumento, nos termos da Lei 13.019/14, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto, parte integrante do presente Termo de Fomento.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do presente Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição

pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos nos termos do **ITEM 10 - "PRESTAÇÃO DE CONTAS**" do Plano de Trabalho. As datas de entrega das respectivas prestações de contas deverá ser rigorosamente obedecidas sob pena de descumprimento deste instrumento, o que poderá ensejar sanções à Organização parceira.

§3º. A prestação final de contas poderá consistir em relatório circunstanciado, descrevendo os fatos mais relevantes ocorridos durante a execução do Plano de Trabalho, desde que as prestações de contas mensais estejam previamente aprovadas.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do

objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos no Decreto nº 011/2019 de 07 de Fevereiro de 2019, em consonância com Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo, nos termos do Decreto nº 011/2019 de 07 de Fevereiro de 2019 para que a organização da sociedade civil possa sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado, no máximo, por igual período, previstos no Decreto nº 011/2019 de 07 de Fevereiro de 2019, e dentro do prazo que

a Administração Pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, nos prazos estabelecidos no Decreto nº 011/2019, em consonância com a Lei 13.019/14, que deverá ter inicio a partir do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do *caput* sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento à área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Jurídica Municipal, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal de Administração, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da

sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato nos meios de comunicação oficiais do Município de Capelinha, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, do qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Capelinha, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Capelinha, 18 de Novembro de 2026.

Charles Rosa Machado
Secretário Municipal de Saúde

Tharciana Barbosa Meira Tolentino
Tharciana Barbosa Meira Tolentino
Presidente da Associação de Proteção aos Cães de Capelinha- APCC

PLANO DE TRABALHO APCC

1- Dados da Organização da Sociedade Civil:			
Nome:	**Associação de Proteção aos Cães de Capelinha - APCC**		
CNPJ:	21.738.136/0001-73		
Endereço:	Rua Santo Agostinho n° 58 B	**Bairro:**	Planalto
Município:	Capelinha	**CEP:**	39682-040
E-mail:	apcc.cuidar@gmail.com	**Telefone:**	(33) 99107-0709

2 - Conta Bancária Específica			
Banco:	Banco do Brasil	**Agência:**	0396-4
Conta Corrente:	39.887-x		

3- Dados do Responsável pela Organização da Sociedade Civil - OSC					
Nome:	Tharciana Barbosa Meira Tolentino		**CPF:**	075.327.806-51	
RG:	13.481.154 SSPMG		**Cargo:**	Presidente	
Mandato	25/02/2026 a 25/02/2030		**Telefone:**	38- 99146-2368	
E-mail:			**Endereço:**	R. Antônio Paulino Neto, 375	
Bairro:	Cidade Nova	**Município:**	Capelinha/MG	**CEP:**	39680-096

4 - Descrição do Projeto	
Título:	PROGRAMA CASTRA MAIS Controle populacional de animais domésticos e zoonoses .

Identificação do Objeto:	O presente Plano de Trabalho tem por objeto a execução, pela Associação de Proteção aos Cães de Capelinha - APCC, de ação de castração cirúrgica e microchipagem de cães e gatos, mediante contratação e disponibilização de unidade móvel de atendimento veterinário - Castramóvel, destinada ao atendimento de animais sob responsabilidade de protetores e de munícipes interessados na esterilização de seus animais, bem como de animais em situação de abandono ou vulnerabilidade que possuam responsável identificado para o manejo e os cuidados necessários no período pós-operatório. O projeto contempla, ainda, a aquisição de insumos destinados à manutenção e aos cuidados dos animais resgatados e abrigados pela APCC, visando contribuir para o atendimento de suas necessidades básicas e para a melhoria de suas condições de saúde, higiene e bem-estar. A ação de castração e microchipagem será realizada de forma gratuita aos beneficiários, em uma única etapa concentrada, em local e data previamente definidos, observadas as condições técnicas e operacionais necessárias. A APCC será responsável pela organização e execução das atividades previstas neste Plano de Trabalho, incluindo a mobilização do público, o cadastramento dos animais, a organização da demanda, o acompanhamento da execução dos procedimentos, a aquisição e utilização dos insumos destinados aos animais resgatados e abrigados, bem como o monitoramento dos resultados e o registro das atividades realizadas.

Justificativa:	A realização do presente projeto justifica-se pela necessidade de promover o controle populacional de cães e gatos no município de Capelinha/MG, por meio da castração cirúrgica e da microchipagem, contribuindo para a redução de ninhadas indesejadas, do abandono de animais e dos riscos associados à reprodução descontrolada. A utilização de unidade móvel de atendimento veterinário - Castramóvel permitirá a realização dos procedimentos de forma organizada e gratuita aos beneficiários, ampliando o acesso à esterilização e contribuindo para a promoção do bem-estar animal, da saúde pública e do conceito de Saúde Única, que reconhece a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental. O projeto também se justifica pela necessidade de garantir condições adequadas de manutenção e cuidado aos cães e gatos resgatados e abrigados pela Associação de Proteção aos Cães de Capelinha. A aquisição de insumos destinados a esses animais contribuirá para atender às suas necessidades básicas, favorecendo condições adequadas de alimentação, higiene, manejo e bem-estar, conforme os itens efetivamente previstos no orçamento do projeto. Dessa forma, a iniciativa busca fortalecer as ações desenvolvidas pela APCC na proteção e defesa dos animais, associando medidas de controle populacional a ações de cuidado e manutenção dos animais resgatados e abrigados, em benefício da proteção animal e da coletividade do município.
Público alvo:	A ação terá como público-alvo cães e gatos sob responsabilidade de moradores do Município de Capelinha/MG, com prioridade para os seguintes públicos: a) Protetores independentes e animais resgatados ou abrigados Pessoas que atuem voluntariamente na proteção animal e que possuam sob sua responsabilidade cães e gatos resgatados, acolhidos ou em situação de vulnerabilidade. O projeto também contempla a aquisição de insumos destinados à manutenção e aos cuidados dos animais resgatados e abrigados sob responsabilidade da APCC. b) Organizações e grupos de proteção animal Entidades, grupos ou iniciativas regularmente constituídas ou reconhecidas no âmbito da proteção animal que possuam animais sob sua responsabilidade e desenvolvam atividades de resgate, acolhimento e proteção de cães e gatos. c) Munícipes interessados em castrar seus animais Pessoas residentes no Município que tenham interesse em realizar gratuitamente a castração de seus cães e gatos, contribuindo para a prevenção da reprodução não planejada e para a guarda responsável. d) Animais em situação de abandono ou vulnerabilidade Cães e gatos em situação de abandono ou vulnerabilidade, desde que exista responsável identificado que se comprometa com o manejo, o transporte, o acompanhamento e os cuidados necessários durante o período pós-operatório.

Objetivos e Resultados Esperados:	A proposta tem como objetivo contribuir para o controle populacional ético de cães e gatos, por meio da realização gratuita de castração e microchipagem, contemplando animais sob responsabilidade de protetores, munícipes interessados e animais em situação de abandono ou vulnerabilidade que possuam responsável identificado. O projeto também prevê a aquisição de insumos destinados à manutenção e aos cuidados dos animais resgatados e abrigados por protetores/cuidadores.

	A iniciativa busca prevenir a reprodução não planejada, promover a guarda responsável, reduzir situações de abandono e vulnerabilidade animal e ampliar as ações de proteção e bem-estar dos animais. Busca, ainda, contribuir para o atendimento das necessidades básicas dos animais resgatados e abrigados, por meio da disponibilização de insumos adequados, fortalecendo a atuação conjunta entre a Organização da Sociedade Civil e o Poder Público. A ação está fundamentada no conceito de Saúde Única (One Health), considerando a interdependência entre a saúde e o bem-estar dos animais, das pessoas e do meio ambiente. Nesse sentido, a promoção do controle populacional responsável e a melhoria das condições de manutenção dos animais resgatados e abrigados contribuem para uma convivência mais equilibrada entre animais e comunidade, para a prevenção de situações decorrentes da superpopulação e do abandono e para o fortalecimento de ações integradas de saúde, proteção animal e responsabilidade socioambiental. Como resultados esperados, pretende-se realizar a castração e a microchipagem de **em média de 100 cães e gatos**, ampliar o acesso gratuito aos procedimentos, beneficiar protetores e munícipes interessados, promover a guarda responsável, adquirir insumos para a manutenção dos animais resgatados e abrigados pela APCC e protetores, gerar registros dos animais atendidos e dos insumos adquiridos e destinados, e contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de proteção animal e das ações de Saúde Única no Município.

5 - Cronograma de Execução e Metas

Meta:	Indicador Físico:	Período para Execução
1. Planejamento e organização da execução 2. Divulgação e mobilização do público-alvo 3. Cadastro dos responsáveis e animais 4. Triagem e organização da demanda 5. Agendamento e preparação dos atendimentos 6. Contratação do Castramóvel mediante assinatura de contrato 7. Preparação da unidade móvel e organização da logística 8. Aquisição e disponibilização de insumos 9. Realização da ação de castração e microchipagem 10. Orientação aos responsáveis e liberação dos animais 11. Acompanhamento pós-procedimento e registro de intercorrências 12. Consolidação dos resultados e organização documental 13. Avaliação e elaboração do relatório final	1. Plano operacional elaborado 2. Ações de divulgação realizadas 3. Número de animais cadastrados 4. Número de animais selecionados 5. Relação final dos animais aptos 6. Contrato do Castramóvel firmado 7. Unidade móvel disponível e logística organizada 8. Quantidade de insumos adquiridos, notas fiscais 9. Número de animais castrados e microchipados 10. Número de responsáveis orientados 11. Registros de acompanhamento e intercorrências 12. Relatório de execução elaborado 13. Relatório final elaborado	**12 meses a partir da assinatura d termo de parceria**

6 - Meios de Aferição

Instrumentos	Forma
Administração Pública *Relatórios de Visita Técnica in loco; *Relatório de Monitoramento e Avaliação; *Pesquisa de Satisfação Pública (se pertinente); *Evidencias documentais produzidas pela OCS na execução do serviço.	**Administração Pública** *Elaboração de Relatório de Visita Técnica in Loco *Elaboração de Relatório de Monitoramento e Avaliação; *Realização de Pesquisa de Satisfação Pública (se pertinente); *Análise de documentos, relatórios e outras informações prestadas pela entidade acerto de todo o processamento da parceria *Realização de Acompanhamento e Prestação de Suporte Técnico a OSC.

OSC	OSC
1. Registros de divulgação 2. Ficha cadastral 3. Ficha de triagem/avaliação 4. Ficha de procedimento 5. Registro do microchip 6. Termo/ficha de orientação 7. Registro de ocorrências 8. Relatório da APCC 9. Relatório final 10. Notas fiscais/comprovantes de pgtos	1. Verificação das ações realizadas 2. Conferência dos animais e responsáveis cadastrados 3. Conferência dos animais selecionados 4. Conferência individual dos animais castrados 5. Vinculação do número do microchip ao animal 6. Registro do recebimento das orientações 7. Verificação das intercorrências registradas 8. Comparação entre metas previstas e realizadas 9. Consolidação dos indicadores 10. Conferência documental

7- Plano de Aplicação

Valor Total do Projeto:	**R$35.774,75**
Administração Pública:	**R$35.774,75**

8 - Detalhamento das Despesas (VALORES APROXIMADOS)

Item	Descrição do Produto/Serviço	Unid./ Quant	Valor unit	Valor Total
01	Ação gratuita de castração e microchipagem de cães e gatos, realizada por unidade móvel (Castramóvel), com registro dos procedimentos, orientação aos responsáveis e relatório de execução.	100	300,00	R$30.000,00
02	Insumos-ração	10	100,00	R$1.000,00
03	insumos- antiparasitário endo	17	18,00	R$ 270,00
04	Insumos- atiparasitário ecto	20	180,00	R$ 3,600,00
05	Insumos- vacinas polivalente importada	10	80,00	R$ 800,00

9 - Cronograma de Desembolso (Administração Pública)

Março de 2027	**R$35.774,75**

10 - Prestação de Contas

A prestação de contas será realizada pela Organização da Sociedade Civil em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), com as disposições do instrumento de parceria, do plano de trabalho aprovado e demais normas aplicáveis.

A APCC apresentará documentação que permita comprovar a execução do objeto, o cumprimento das metas e os resultados alcançados, contemplando a descrição das atividades realizadas, os indicadores previstos e os respectivos documentos comprobatórios.

Para fins de comprovação da execução da parceria, serão utilizados, conforme aplicável:

- Relatório de Execução do Objeto;
- registros de divulgação e mobilização;
- fichas dos procedimentos de castração;
- registros de microchipagem;

· termos ou fichas de orientação aos responsáveis;
· registros de acompanhamento e eventuais intercorrências;
· registro fotográfico da ação;
· contrato devidamente assinado para contratação do Castramóvel;
· notas fiscais, recibos e demais documentos comprobatórios das despesas realizadas com recursos da parceria;
· comprovantes de pagamento;
· relatório final de execução e demais documentos previstos no instrumento de parceria.

A prestação de contas demonstrará a correspondência entre as atividades previstas e as efetivamente realizadas, permitindo a comparação entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados.

A documentação financeira deverá demonstrar a vinculação das despesas à execução do objeto da parceria, observando-se as regras estabelecidas no instrumento de parceria e na legislação aplicável.

Ao final da vigência, será apresentada a prestação de contas final, dentro do prazo estabelecido no instrumento de parceria e na legislação aplicável, acompanhada da documentação necessária à comprovação da execução do objeto e da adequada aplicação dos recursos públicos.

A APCC manterá sob sua guarda os documentos originais relacionados à execução da parceria pelo prazo legal aplicável.

Período de Execução	Data para Entrega
12 meses a partir da assinatura do termo de parceria	Até 30 dias após o último dia de execução.

11 - DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, que todas as informações prestadas neste projeto e que todos os documentos encaminhados junto com o projeto, para celebração da parceria, são verdadeiros, para os efeitos e sob as penas da Lei que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Município de Capelinha/MG, ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, para aplicação prevista e determinada neste Plano de Trabalho.

Por ser verdade, firmo o presente.

Capelinha, 26 de outubro de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
THARCIANA BARBOSA MEIRA TOLENTINO
Data: 04/11/2026 14:49:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Tharciana Barbosa Meira Tolentino
Presidente da Associação de Proteção aos Cães de Capelinha - APCC

12 - Aprovação Pela Comissão De Seleção

(X) APROVADO
( ) REPROVADO
( ) APROVADO COM RESSALVAS, com possibilidade de celebração de parceria, devendo a Administração Municipal, cumprir o que foi ressalvado.

Capelinha, ____de _____de 2026.

Membro da Comissão de Seleção

Membro da Comissão de Seleção

Membro da Comissão de Seleção.

13 - Aprovação do Plano de Trabalho Pela Administração Pública

( ) APROVADO
( )APROVADO COM RESSALVAS, com possibilidade de celebração da parceria, devendo o administrador público exigir o cumprimento do que houver sido ressalvado ou, mediante ato formal, justificar as razões pelas quais deixou de fazê-lo
( ) REPROVADO

Capelinha, ____de _____de 2026.

Secretária Municipal de Saúde